

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Ato do Prefeito

DECRETO Nº 12305/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8º, da Lei nº 3191/2015, de 30 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 3.669.520,00 (três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil e quinhentos e vinte reais) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 16 DE JUNHO DE 2016.

Rodrigo Neves - Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 12305/2016
CRÉDITO SUPLEMENTAR

CÓDIGOS				VALORES (R\$)	
ÓRGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	FT	SUPLEMENTADO	COMPENSADO/CANCELADO
2543 - FUNDO M. SAÚDE	10.301.0051.2268	33903600	207	163.760,00	
2043 - FME	12.361.0042.1120	33903900	205	835.000,00	
2043 - FME	12.361.0042.2184	33903900	205	1.300.000,00	
2043 - FME	12.365.0044.2820	33903600	205	30.000,00	
6700 - SMDC	23.692.0072.2817	44905200	100	5.760,00	
1400 - SMEL	12.812.0023.2113	44905200	100	50.000,00	
1400 - SMEL	27.813.0023.1089	33903900	100	50.000,00	
2100 - SMF	04.129.0001.2209	44903900	101	1.010.000,00	
2400 - EFM	28.846.0900.0932	33909200	100	225.000,00	
2543 - FUNDO M. SAÚDE	10.301.0051.2268	33909200	207		163.760,00
2043 - FME	12.361.0042.1120	33901400	205		40.000,00
2043 - FME	12.361.0042.1120	33903000	205		100.000,00
2043 - FME	12.361.0042.1120	33903600	205		50.000,00
2043 - FME	12.361.0042.1120	44905200	205		200.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2184	33901400	205		100.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2184	33903100	205		40.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2184	33903500	205		40.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2184	33903600	205		40.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2184	44905200	205		100.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2184	44906100	205		90.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2199	33903000	205		50.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2199	33903600	205		50.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2199	44905200	205		100.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2634	33903000	205		50.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2634	33903600	205		30.000,00
2043 - FME	12.361.0042.2634	33903900	205		50.000,00
2043 - FME	12.365.0044.2820	33901400	205		100.000,00
2043 - FME	12.365.0044.2820	33903100	205		50.000,00
2043 - FME	12.365.0044.2820	33903500	205		50.000,00
2043 - FME	12.365.0044.2820	33903900	205		400.000,00
2043 - FME	12.365.0044.2820	44905100	205		100.000,00
2043 - FME	12.365.0044.2820	44905200	205		150.000,00
2043 - FME	12.366.0041.2186	33901400	205		50.000,00
2043 - FME	12.366.0041.2186	33903600	205		20.000,00
2043 - FME	12.366.0041.2186	33903900	205		100.000,00
2043 - FME	12.366.0041.2186	44905200	205		15.000,00
2700 - ADSBM	04.122.0001.2747	33903900	100		480,00
2800 - ADBA	04.122.0001.2322	33903900	100		480,00
3000 - ADEG	04.122.0001.2743	33903900	100		480,00
3200 - ADIC	04.122.0001.2745	33903900	100		480,00
3300 - ADIN	04.122.0001.2746	33903900	100		480,00
3400 - ADLB	04.122.0001.2797	33903900	100		480,00
3900 - ADRO	04.122.0001.2751	33903900	100		480,00
4300 - ADPR	04.122.0001.2752	33903900	100		480,00
4400 - ADCO	04.122.0001.2753	33903900	100		480,00
4500 - ADPA	04.122.0001.2754	33903900	100		480,00
5900 - ADJ	04.122.0001.2755	33903900	100		480,00
6000 - ADTJ	04.122.0001.2756	33903900	100		480,00
2043 - FME	12.361.0042.2196	33913900	100		100.000,00
2100 - SMF	04.122.0001.2771	33903900	100		225.000,00
2100 - SMF	04.129.0001.2209	44905100	101		600.000,00
2100 - SMF	04.129.0001.2209	44905200	101		410.000,00
TOTAL GERAL				3.669.520,00	3.669.520,00

NOTA:
FONTE 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS
FONTE 101 - RECURSOS DE OPERAÇÃO DE CREDITO
FONTE 205 - RECURSOS DE CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
FONTE 207 - RECURSOS DE SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

Portaria
Port. Nº 843/2016-Considera exonerado, a pedido, a contar de 13/06/2016, VINICIUS ILDEFONSO DE SOUZA do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Fazenda.

Corrigenda
Nas Portarias nºs806 e 833, publicadas em 09 e 14/06/16, respectivamente, onde se lê: Joyce dos Santos Souza, leia-se: Joyce dos Santos Sousa.

No Decreto 12201 /2016, publicado em 05/02/2016.
SUPLEMENTADO:
Onde se lê: P.T. 2543.10.122.0001.2331 C.D. 31909300 FT 207 R\$ 350.000,00
Leia-se: P.T. 2543.10.272.0900.0916 C.D. 33909300 FT 207 R\$ 350.000,00

GABINETE DO VICE PREFEITO
EXTRATO Nº 007/2016

CONSIDERANDO QUE: (i) A PUBLICAÇÃO É REQUISITO DE VALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO; (ii) A PUBLICAÇÃO DEVERIA TER OCORRIDO EM MOMENTO PRETÉRITO, E (iii) COM A NECESSIDADE DE SANAR AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO, TORNA PÚBLICO O QUE SEGUE:

DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO INCISO II DO ARTIGO 24 DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/1993

INSTRUMENTO: NOTA DE EMPENHO Nº. 001100/2016, DATADA DE 18/05/2016;
PARTES: MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio do Gabinete do Vice-Prefeito e a Empresa

PRINT PAPER EDITORA GRÁFICA LTDA - ME – CNPJ nº. 01.673.604/0001-61;
OBJETO: Prestação de Serviços Gráficos de Impressão de 5.000 (cinco mil) Cartilhas Ambiental para atender as necessidades do Programa Enseada Limpa; **FUNDAMENTO:** Inciso II do Artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666/1993; **DATA DA ORDEM DE INÍCIO:** 31 de maio de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Atos do Secretário

Portarias

Port. Nº07/2016-Designa a servidora **DENISE DA SILVA CARDOS DE CARVALHO**, matrícula nº 226340-8 como fiscal do contrato com a Empresa Prole Serviços de Propaganda Ltda, conforme o Decreto nº 11950 publicado 01/07/2015.

Port. Nº08/2016-Designa o servidor **BRUNO EDUARDO MIRANDA ALVES**, matrícula nº 241069-2 como fiscal do contrato com a Empresa Prole Serviços de Propaganda Ltda, conforme o Decreto nº 11950 publicado 01/07/2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Despacho do Secretário

Licença especial- Deferido

20/1447/2016- de04/07 até 01/10/2016.

Fixação de Proventos

Ficam refixados, a contar de 29/03/2012, os proventos mensais de **Kleber de Andrade Pacheco**, aposentado no cargo de Servente, nível 01. Matrícula nº1229.428-8, ficando consequentemente cancelada a Apostila publicada em 18/09/2012, em cumprimento aos ditames da Emenda Constitucional nº70/12, publicada em 29/03/2012. Referente ao Processo nº20/1220/07.

Corrigenda

Na Portaria 95/2016, publicada em 14/06/16, onde se lê: MARIA CECÍLIDA MAURO NOBRE DE ALMEIDA, leia-se: MARIA CECÍLIA MAURO NOBRE DE ALMEIDA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Despacho do Secretário

30/9503/15 – CONTAX S.A.

HOMOLOGO A DECISÃO DO FCCN, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, CONSEQUENTEMENTE, MANTIDO O AUTO DE INFRAÇÃO DE Nº. 00558, DATADO DE 26/02/2015.

Despacho do Subsecretário

30/11138/16 – ESPERANÇA PRODUÇÕES CIRCENSES LTDA.

JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO, MANTENDO O LANÇAMENTO DO ISS POR ESTIMATIVA.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Convocam-se para procedimento administrativo os candidatos do cadastro reserva do Processo Seletivo de Contrato Temporário da SASDH, edital nº 01/2015, listado abaixo, para se apresentar na Rua Coronel Gomes Machado, nº 281, no dia 17/06/2016, às 10:00 horas.

EDUCADOR SOCIAL

77. JOSE CARLOS GONÇALVES PORTELA JUNIOR
78. JOSE HENRIQUE VERA CRUZ
79. ANA PAULA ROSA DE LIMA
80. THAMIRIS XAVIER DA CRUZ SANTOS

Convocam-se para procedimento administrativo os candidatos do cadastro reserva do Processo Seletivo de Contrato Temporário da SASDH, edital nº 04/2015, listado abaixo, para se apresentar na Rua Coronel Gomes Machado, nº 281, no dia 17/06/2016, às 10:00 horas.

ENTREVISTADOR

20. ELAINE CRISTINA ARAUJO DO VALE

DIGITADOR

47. CAMILA DA SILVA BARBOSA

Os convocados devem se apresentar à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, na Gestão do Trabalho, no prazo de três dias úteis a contar da data desta publicação.

O não comparecimento dos convocados implicará na convocação do próximo da lista.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

Portaria SMU/SSST nº 198, de 15 de junho de 2016.

O Presidente da NitTrans e Subsecretário de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13, 11.445/13 e 12.143/15, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

Considerando o art. 2º da Lei Municipal nº 2.283/05;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.834/11;

Considerando o Decreto Municipal nº 11.075/11, em especial os arts. 6, inc. I, alínea "e" e 51;

Considerando que a prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, nos termos do Edital e do Contrato de Concessão, teve início em 14/07/2012;

Considerando que o CONSÓRCIO TRANSNIT opera as áreas operacionais I e III, sob o regime jurídico da concessão, conforme Termo de Concessão nº 106/2012;

Considerando o teor do Processo Administrativo nº 080/001497/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO Nº 015/2016.

Art. 2º. Autorizar a implantação da Linha 67 (Centro x Morro do Castro), por parte do Consórcio Transnit, nos termos do processo administrativo nº 080/001497/2015 e com itinerário estabelecido no Anexo desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EXTRATO Nº 29/2016

INSTRUMENTO: Termo de compromisso de Estágio nº 009/2016; **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e o estudante LUCAS MESQUITA MARCÍLIO SOARES tendo como interveniente a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda; **OBJETO:** Estágio curricular na Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade; **PRAZO:** Seis (06) meses, com início da vigência em 13/06/2016 e término em 13/12/2016; **VALOR ESTIMADO:** Valor estimativo empenhado R\$ 4.603,20 (Quatro mil seiscentos e três reais e vinte centavos) referente à bolsa auxílio de R\$600,00 (seiscentos reais) e o valor estimado de auxílio transporte; **VERBA:** No Código de Despesa nº 3390.36.00, Programa de Trabalho nº 2201.041220001.2772, Fonte 100; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 11.788/08, Decreto Municipal nº10901/2011 ; **DATA DA ASSINATURA:** 15 de Junho de 2016.

Junta Administrativa De Recursos De Infrações - Jari 2

Ata da 695ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos três dias do mês de maio de 2016, iniciada às 16:00 horas e finalizada às 18:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Luis Carlos Montenaro; Relatores: Márcio Almeida e Tiago Noronha, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1

Leitura da ata da 694ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relator: Luis Montenegro

Recurso de Multa	Decisão
E12/066/325/2016	Indeferido
E12/065/1459/2016	Indeferido
E12/063/473/2016	Indeferido
E12/063/472/2016	Indeferido
E12/066/399/2016	Indeferido
E12/065/2194/2016	Indeferido
E12/064/1631/2016	Deferido
530/000550/2016	Indeferido
E12/065/1707/2016	Indeferido
E12/065/2547/2016	Indeferido
E12/065/513/2016	Indeferido
E12/063/1339/2016	Indeferido
E12/063/1459/2016	Indeferido
E12/066/1148/2016	Indeferido
E12/063/1999/2016	Indeferido

3.2.Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
530006426/2016	Indeferido
530006427/2016	Indeferido
E12/066/2410/2016	Indeferido
E12/064/2572/2016	Deferido
E12/065/3015/2016	Indeferido
E12/066/1365/2016	Indeferido
E12/064/3080/2016	Indeferido
E12/063/2697/2016	Indeferido
E12/063/2661/2016	Indeferido
E12/065/2911/2016	Indeferido
E12/064/2593/2016	Indeferido
530/300015/2016	Deferido
E12/064/3081/2016	Indeferido
E12/065/2901/2016	Indeferido
E12/066/2469/2016	Indeferido

3.3.Relator: Tiago Noronha

Recurso de Multa	Decisão
E12/064/1144/2016	Indeferido
E12/064/853/2016	Indeferido
E12/064/803/2016	Indeferido
E12/065/512/2016	Indeferido
E12/063/1825/2016	Indeferido
E12/064/2199/2016	Indeferido
E12/063/1607/2016	Deferido
E12/066/1368/2016	Indeferido
E12/063/1822/2016	Indeferido
E12/063/1824/2016	Indeferido
E12/064/1562/2016	Indeferido
E12/065/1054/2016	Indeferido
E12/064/2276/2016	Indeferido
530/000551/2016	Deferido
E12/066/815/2016	Indeferido

Ata da 696ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos cinco dias do mês de maio de 2016, iniciada às 16:00 horas e finalizada às 18:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Luis Carlos Montenegro; Relatores: Márcio Almeida e Tiago Noronha, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 695ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relator: Luis Montenegro

Recurso de Multa	Decisão
530006820/2016	Indeferido
530006821/2016	Indeferido
530006872/2016	Indeferido
530006873/2016	Indeferido
530006880/2016	Indeferido
530006882/2016	Indeferido
530/300104/2016	Deferido
530006870/2016	Indeferido
530006984/2016	Indeferido
530007018/2016	Indeferido
530007019/2016	Indeferido
530007030/2016	Indeferido
530007033/2016	Indeferido
530007034/2016	Indeferido
530007075/2016	Indeferido

3.2.Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
530007078/2016	Indeferido
530007146/2016	Indeferido
530007168/2016	Indeferido
530007169/2016	Indeferido
530007170/2016	Indeferido
530007172/2016	Indeferido
530007173/2016	Indeferido
530007174/2016	Indeferido
530007176/2016	Indeferido
530007177/2016	Indeferido
530007178/2016	Indeferido
530007183/2016	Indeferido
530007215/2016	Indeferido
530007216/2016	Indeferido
530007218/2016	Indeferido

3.3.Relator: Tiago Noronha

Recurso de Multa	Decisão
530006666/2016	Deferido
530006668/2016	Deferido
530006670/2016	Deferido

530006623/2016	Indeferido
530006624/2016	Indeferido
530006626/2016	Indeferido
530006627/2016	Indeferido
530006628/2016	Indeferido
530006629/2016	Indeferido
530006613/2016	Deferido
530006614/2016	Indeferido
530/300086/2016	Deferido
530006755/2016	Indeferido
530006767/2016	Deferido
530006791/2016	Indeferido

Ata da 697ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos nove dias do mês de maio de 2016, iniciada às 16:00 horas e finalizada às 18:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Luis Carlos Montenaro; Relatores: Márcio Almeida e Tiago Noronha, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 696ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relator: Luis Montenaro

Recurso de Multa	Decisão
080/200271/2016	Indeferido
080/202705/2016	Deferido
080/202706/2016	Deferido
080/202707/2016	Deferido
080/202708/2016	Deferido
080/202839/2016	Indeferido
080/208639/2015	Indeferido
080/211208/2015	Indeferido
080/202680/2016	Indeferido
080/205287/2015	Indeferido
080/208016/2015	Indeferido
080/212126/2015	Indeferido
080/200598/2016	Indeferido
080/209939/2015	Indeferido
080/202946/2016	Indeferido

3.2.Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/202883/2016	Indeferido
E12/064/10403/2015	Deferido
080/202884/2016	Indeferido
080/202894/2016	Indeferido
080/202950/2016	Indeferido
080/202951/2016	Indeferido
080/202952/2016	Indeferido
080/202982/2016	Deferido
080/202971/2016	Deferido
080/202972/2016	Deferido
080/203022/2016	Indeferido
080/203019/2016	Deferido
080/203020/2016	Deferido
080/203031/2016	Indeferido
080/203007/2016	Indeferido

3.3.Relator: Tiago Noronha

Recurso de Multa	Decisão
080/202629/2016	Deferido
080/202804/2016	Indeferido
080/210733/2015	Indeferido
080/202794/2016	Indeferido
080/202835/2016	Indeferido
080/202836/2016	Indeferido
080/202959/2016	Deferido
080/212264/2015	Indeferido
080/208459/2015	Indeferido
080/208574/2015	Deferido
080/203077/2016	Deferido
080/203051/2016	Deferido
080/203155/2016	Deferido
080/200023/2016	Deferido
03/53/107528/2016	Deferido

Ata da 698ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos onze dias do mês de maio de 2016, iniciada às 16:00 horas e finalizada às 18:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Luis Carlos Montenaro; Relatores: Márcio Almeida e Tiago Noronha, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 697ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relator: Luis Montenaro

Recurso de Multa	Decisão
080/203156/2016	Deferido
080/203171/2016	Indeferido
080/203201/2016	Indeferido
080/203376/2016	Indeferido
080/203379/2016	Deferido
080/203398/2016	Indeferido
080/201475/2016	Indeferido
080/203374/2016	Indeferido
080/203410/2016	Deferido
080/204964/2015	Indeferido
080/200593/2016	Indeferido
080/203222/2016	Indeferido
080/203229/2016	Indeferido
080/203239/2016	Indeferido
080/208486/2015	Indeferido

3.2.Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/203328/2016	Indeferido
080/203329/2016	Indeferido
080/203350/2016	Indeferido

080/203352/2016	Indeferido
080/203354/2016	Deferido
080/203355/2016	Indeferido
080/203312/2016	Indeferido
080/201087/2016	Indeferido
080/203385/2016	Indeferido
080/203371/2016	Deferido
080/203532/2016	Indeferido
080/203529/2016	Deferido
080/203530/2016	Deferido
080/203420/2016	Indeferido
080/203422/2016	Indeferido

3.3.Relator: Tiago Noronha

Recurso de Multa	Decisão
080/208482/2015	Indeferido
080/208487/2015	Indeferido
080/208481/2015	Indeferido
080/208484/2015	Indeferido
080/208485/2015	Indeferido
080/203322/2016	Indeferido
080/203335/2016	Deferido
080/203336/2016	Indeferido
080/203353/2016	Deferido
080/203356/2016	Indeferido
080/203332/2016	Deferido
080/203339/2016	Indeferido
080/209271/2015	Indeferido
080/203313/2016	Indeferido
080/203314/2016	Indeferido

Ata da 699ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos treze dias do mês de maio de 2016, iniciada às 16:00 horas e finalizada às 18:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Luis Carlos Montenaro; Relatores: Márcio Almeida e Tiago Noronha, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 698ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relator: Luis Montenaro

Recurso de Multa	Decisão
080/203603/2016	Indeferido
E12/065/1876/2016	Indeferido
080/203604/2016	Indeferido
080/203821/2016	Indeferido
080/203820/2016	Indeferido
080/203825/2016	Indeferido
080/201096/2016	Indeferido
080/201136/2016	Indeferido
080/203636/2016	Indeferido
080/203640/2016	Indeferido
080/203645/2016	Indeferido
080/203735/2016	Indeferido
080/203651/2016	Indeferido
080/203653/2016	Indeferido
080/203654/2016	Indeferido

3.2.Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/203753/2016	Indeferido
080/203757/2016	Indeferido
080/203771/2016	Deferido
080/203780/2016	Indeferido
080/203786/2016	Indeferido
080/203796/2016	Indeferido
080/204124/2016	Deferido
080/212185/2015	Deferido
080/204085/2016	Indeferido
080/204110/2016	Deferido
080/204120/2016	Indeferido
080/203806/2016	Deferido
080/203807/2016	Deferido
080/203718/2016	Deferido
080/203750/2016	Indeferido

3.3.Relator: Tiago Noronha

Recurso de Multa	Decisão
080/203663/2016	Indeferido
080/203675/2016	Indeferido
080/203676/2016	Indeferido
080/203677/2016	Indeferido
080/203679/2016	Indeferido
080/203683/2016	Indeferido
080/203691/2016	Indeferido
080/203695/2016	Indeferido
080/203703/2016	Indeferido
080/203705/2016	Deferido
080/203706/2016	Indeferido
080/209241/2015	Indeferido
080/203714/2016	Indeferido
080/203721/2016	Indeferido
080/203715/2016	Indeferido

Ata da 700ª Sessão Ordinária da JARI 2, realizada aos dezessete dias do mês de maio de 2016, iniciada às 16:00 horas e finalizada às 18:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relator: Luis Carlos Montenaro; Relatores: Márcio Almeida e Tiago Noronha, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 2; 2.1 Leitura da ata da 698ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relator: Luis Montenaro

Recurso de Multa	Decisão
080/204029/2016	Indeferido
080/204030/2016	Indeferido
080/204032/2016	Indeferido

080/204033/2016	Indeferido
080/204037/2016	Indeferido
080/204060/2016	Indeferido
080/204232/2016	Indeferido
080/212249/2015	Indeferido
080/200969/2016	Indeferido
080/207960/2015	Indeferido
080/204116/2016	Indeferido
080/201207/2016	Indeferido
080/202033/2016	Indeferido
080/207076/2015	Indeferido
080/204126/2016	Indeferido

3.2.Relator: Márcio Almeida

Recurso de Multa	Decisão
080/204152/2016	Indeferido
080/204153/2016	Indeferido
080/204154/2016	Indeferido
080/204155/2016	Indeferido
080/204157/2016	Deferido
080/204158/2016	Deferido
080/204168/2016	Deferido
080/204169/2016	Deferido
080/210445/2015	Indeferido
080/204183/2016	Indeferido
080/204186/2016	Deferido
080/204187/2016	Deferido
080/204189/2016	Deferido
080/204191/2016	Deferido
080/204194/2016	Deferido

3.3.Relator: Tiago Noronha

Recurso de Multa	Decisão
080/207077/2015	Indeferido
080/207078/2015	Indeferido
080/201274/2016	Indeferido
080/201275/2016	Indeferido
080/201445/2016	Indeferido
080/208265/2015	Indeferido
080/208267/2015	Indeferido
080/208268/2015	Indeferido
080/209974/2015	Deferido
080/209976/2015	Deferido
080/201695/2016	Indeferido
080/201856/2016	Indeferido
080/204128/2016	Deferido
080/204133/2016	Deferido
080/204151/2016	Deferido

Junta Administrativa De Recursos De Infrações - Jari 1

Ata da 1983ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos três dias do mês de maio de 2016, iniciada às 09:00 horas e finalizada às 12:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Márcia Regina; Relatores: Clézio de Menezes e Vera Abreu, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 1982ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relatora: Márcia Regina

Recurso de Multa	Decisão
530006412/2016	Deferido
530006413/2016	Deferido
530006331/2016	Indeferido
530006414/2016	Deferido
530006416/2016	Indeferido
530006417/2016	Deferido
530006418/2016	Indeferido
530006419/2016	Indeferido
530006421/2016	Indeferido
530006422/2016	Deferido
530006420/2016	Indeferido
530006423/2016	Indeferido
530006424/2016	Indeferido
530006425/2016	Indeferido
000038337/2016	Deferido

3.2.Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
E12/065/1865/2016	Indeferido
530005904/2016	Deferido
530005903/2016	Indeferido
530005924/2016	Indeferido
530006003/2016	Deferido
530006043/2016	Indeferido
530006100/2016	Deferido
530006099/2016	Deferido
530/000543/2016	Indeferido
E12/063/750/2016	Indeferido
E12/065/1403/2016	Indeferido
E12/063/877/2016	Indeferido
E12/064/824/2016	Deferido
E12/063/1437/2016	Indeferido
E12/066/21963/2015	Indeferido

3.3.Relatora: Vera Abreu

Recurso de Multa	Decisão
530004337/2016	Indeferido
530005184/2016	Deferido
E12/065/2640/2016	Indeferido
530005520/2016	Deferido
530005607/2016	Indeferido
530005723/2016	Deferido
E12/064/427/2016	Indeferido
E12/065/1338/2016	Indeferido
530005889/2016	Indeferido

530005890/2016	Deferido
530005901/2016	Indeferido
E12/064/453/2016	Deferido
E12/065/1217/2016	Indeferido
E12/063/13076/2015	Deferido
E12/065/15588/2015	Indeferido

Ata da 1984ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos cinco dias do mês de maio de 2016, iniciada às 09:00 horas e finalizada às 12:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Márcia Regina; Relatores: Clézio de Menezes e Vera Abreu, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 1983ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relatora: Márcia Regina

Recurso de Multa	Decisão
530007187/2016	Deferido
530007188/2016	Deferido
530007182/2016	Deferido
530007589/2016	Deferido
530007590/2016	Deferido
E12/064/429/2016	Deferido
530007219/2016	Indeferido
530007220/2016	Deferido
530007221/2016	Deferido
530007222/2016	Deferido
530007227/2016	Deferido
530007358/2016	Deferido
530007372/2016	Indeferido
530007378/2016	Indeferido
530007379/2016	Indeferido

3.2.Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
530006463/2016	Deferido
530006464/2016	Deferido
530006466/2016	Deferido
530006439/2016	Indeferido
530006492/2016	Indeferido
530006552/2016	Deferido
530006562/2016	Deferido
530007251/2016	Deferido
530007252/2016	Deferido
530007584/2016	Deferido
530007585/2016	Deferido
530007586/2016	Deferido
530007587/2016	Deferido
530007588/2016	Deferido
530/000584/2016	Deferido

3.3.Relatora: Vera Abreu

Recurso de Multa	Decisão
PMVR/01277/2016	Indeferido
E12/067/410/2016	Indeferido
E12/065/2903/2016	Indeferido
E12/065/2902/2016	Indeferido
E12/064/2547/2016	Indeferido
E12/064/2580/2016	Deferido
E12/063/2062/2016	Indeferido
E12/064/3001/2016	Indeferido
003/53/107526/2016	Indeferido
E12/063/2061/2016	Deferido
E12/063/2060/2016	Indeferido
E12/063/2063/2016	Indeferido
E12/063/2065/2016	Indeferido
E12/065/2676/2016	Indeferido
E12/064/2706/2016	Deferido

Ata da 1985ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos nove dias do mês de maio de 2016, iniciada às 09:00 horas e finalizada às 12:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Márcia Regina; Relatores: Clézio de Menezes e Vera Abreu, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 1984ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relatora: Márcia Regina

Recurso de Multa	Decisão
080/200706/2016	Deferido
080/201114/2016	Indeferido
080/203232/2016	Deferido
080/201495/2016	Deferido
E12/206636/2012	Deferido
080/212031/2015	Indeferido
E12/064/2573/2016	Deferido
E12/066/2167/2016	Deferido
E12/063/2170/2016	Indeferido
E12/066/2172/2016	Indeferido
E12/135/360/2016	Indeferido
E12/064/18347/2015	Indeferido
E12/063/13511/2015	Indeferido
080/201985/2016	Deferido
080/201127/2016	Indeferido

3.2.Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/202543/2016	Deferido
080/202026/2016	Deferido
080/202541/2016	Indeferido
080/202542/2016	Deferido
080/202540/2016	Indeferido
080/202567/2016	Indeferido
080/202568/2016	Indeferido
080/200018/2016	Indeferido
080/200515/2016	Indeferido

Table with 2 columns: ID, Status. Rows include 080/202603/2016 (Indeferido), 080/200268/2016 (Deferido), 080/202672/2016 (Indeferido), 080/202702/2016 (Indeferido), 080/202703/2016 (Indeferido), 080/202704/2016 (Indeferido).

3.3.Relatora: Vera Abreu

Table with 2 columns: ID, Status. Rows include 080/203115/2016 (Indeferido), 080/202805/2016 (Deferido), 080/201193/2016 (Deferido), 080/211167/2015 (Indeferido), 080/201192/2016 (Deferido), 080/202483/2016 (Indeferido), 080/202724/2016 (Deferido), 080/202602/2016 (Deferido), 080/202727/2016 (Indeferido).

Ata da 1986ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos onze dias do mês de maio de 2016, iniciada às 09:00 horas e finalizada às 12:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Márcia Regina; Relatores: Clézio de Menezes e Vera Abreu, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 1985ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relatora: Márcia Regina

Table with 2 columns: ID, Status. Rows include 080/203015/2016 (Indeferido), 080/203052/2016 (Deferido), 080/203053/2016 (Indeferido), 080/203060/2016 (Indeferido), 080/203066/2016 (Indeferido), 080/203067/2016 (Deferido), 080/203050/2016 (Indeferido), 080/208579/2015 (Indeferido), 080/203054/2016 (Deferido), 080/203282/2016 (Indeferido), 080/203093/2016 (Indeferido), 080/208839/2015 (Indeferido), 080/210746/2015 (Indeferido), 080/203107/2016 (Indeferido), 080/201094/2016 (Deferido).

3.2.Relator: Clézio de Menezes

Table with 2 columns: ID, Status. Rows include 080/203163/2016 (Deferido), 080/203164/2016 (Deferido), 080/203089/2016 (Indeferido), 080/203090/2016 (Deferido), 080/203110/2016 (Deferido), 080/203109/2016 (Deferido), 080/203116/2016 (Indeferido), 080/203122/2016 (Indeferido), 080/205232/2015 (Indeferido), 080/207396/2015 (Indeferido), 080/207905/2015 (Indeferido), 080/203351/2016 (Indeferido), 080/203369/2016 (Indeferido), 080/203178/2016 (Indeferido), 080/200604/2016 (Indeferido).

3.3.Relatora: Vera Abreu

Table with 2 columns: ID, Status. Rows include 080/203074/2016 (Indeferido), 080/203085/2016 (Indeferido), 080/203086/2016 (Indeferido), 080/203112/2016 (Indeferido), 080/203129/2016 (Indeferido), 080/200267/2016 (Deferido), 080/201095/2016 (Deferido), 080/203108/2016 (Indeferido), 080/203111/2016 (Deferido), 080/203117/2016 (Indeferido), 080/203118/2016 (Deferido), 080/203119/2016 (Indeferido), 080/203120/2016 (Indeferido), 080/203121/2016 (Indeferido), 080/203123/2016 (Deferido).

Ata da 1987ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos treze dias do mês de maio de 2016, iniciada às 09:00 horas e finalizada às 12:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Márcia Regina; Relatores: Clézio de Menezes e Vera Abreu, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 1986ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relatora: Márcia Regina

Table with 2 columns: ID, Status. Rows include 080/209646/2015 (Indeferido), 080/203508/2016 (Deferido), 080/209385/2015 (Indeferido), 080/203426/2016 (Indeferido), 080/203450/2016 (Deferido), 080/203465/2016 (Indeferido), 080/203442/2016 (Indeferido), 080/203452/2016 (Deferido), 080/203457/2016 (Deferido).

080/203458/2016	Deferido
080/203454/2016	Indeferido
080/203464/2016	Deferido
080/203468/2016	Indeferido
080/203502/2016	Deferido
080/203504/2016	Indeferido

3.2.Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/203391/2016	Deferido
080/209018/2015	Deferido
080/203564/2016	Indeferido
080/202165/2016	Indeferido
080/202671/2016	Indeferido
080/203570/2016	Indeferido
080/203573/2016	Indeferido
080/203578/2016	Indeferido
080/203579/2016	Indeferido
080/203580/2016	Indeferido
080/203581/2016	Indeferido
080/203582/2016	Indeferido
080/203592/2016	Deferido
080/203594/2016	Indeferido
080/203600/2016	Deferido

3.3.Relatora: Vera Abreu

Recurso de Multa	Decisão
080/203514/2016	Deferido
080/203515/2016	Deferido
080/203516/2016	Deferido
080/203518/2016	Deferido
080/203519/2016	Deferido
080/203520/2016	Deferido
E12/272450/2011	Indeferido
080/203656/2016	Indeferido
080/203658/2016	Deferido
080/201990/2016	Indeferido
080/203526/2016	Deferido
080/203527/2016	Indeferido
080/203567/2016	Indeferido
080/203528/2016	Indeferido
080/203545/2016	Indeferido

Ata da 1988ª Sessão Ordinária da JARI 1, realizada aos dezessete dias do mês de maio de 2016, iniciada às 09:00 horas e finalizada às 12:00 horas, na sala de reuniões na sede da mesma. Presentes à sessão: Presidente/Relatora: Márcia Regina; Relatores: Clézio de Menezes e Vera Abreu, e o Coordenador Carlos Alberto Luzes. Ordem dos trabalhos: 1. Instalação, verificação de quorum e abertura da sessão pelo presidente da JARI 1; 2.1 Leitura da ata da 1987ª sessão sua discussão e aprovação; 3. Julgamento de recursos destinados ao cancelamento de multas por infração de trânsito.

3.1 Relatora: Márcia Regina

Recurso de Multa	Decisão
080/203817/2016	Indeferido
080/203850/2016	Indeferido
080/210698/2015	Deferido
080/203895/2016	Indeferido
080/203896/2016	Deferido
080/203901/2016	Deferido
080/203902/2016	Indeferido
080/203903/2016	Deferido
080/203904/2016	Deferido
080/203905/2016	Indeferido
080/203906/2016	Deferido
080/203907/2016	Indeferido
080/203909/2016	Indeferido
080/210123/2015	Deferido
080/204114/2016	Indeferido

3.2.Relator: Clézio de Menezes

Recurso de Multa	Decisão
080/207632/2015	Deferido
080/204257/2016	Deferido
080/203835/2016	Deferido
080/203836/2016	Deferido
080/203837/2016	Deferido
080/203952/2016	Indeferido
080/203953/2016	Indeferido
080/203957/2016	Indeferido
080/203961/2016	Indeferido
080/203962/2016	Indeferido
080/204007/2016	Indeferido
080/204219/2016	Deferido
080/204243/2016	Deferido
080/204011/2016	Deferido
080/204028/2016	Indeferido

3.3.Relatora: Vera Abreu

Recurso de Multa	Decisão
080/204139/2016	Deferido
080/204144/2016	Indeferido
080/204147/2016	Indeferido
28622015	Deferido
080/205514/2015	Deferido
080/209236/2015	Indeferido
080/206025/2015	Indeferido
080/209598/2015	Indeferido
080/203921/2016	Indeferido
080/203939/2016	Indeferido
080/203946/2016	Indeferido
080/203947/2016	Indeferido
080/203950/2016	Indeferido
080/203951/2016	Deferido

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE NITERÓI

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói é um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador das ações culturais do Município, criado pela Lei Municipal nº 3.182, de 18 de dezembro de 2015, e que tem seu funcionamento definido no presente Regimento Interno.

§ Único - O Conselho funcionará na sede da Secretaria Municipal das Culturas – SMC, e terá sua infraestrutura operacional e logística garantida por esta.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói é um órgão coletivo com a participação do Poder Público e da Sociedade Civil, que deve orientar e deliberar sobre a elaboração e execução da política cultural do Governo Municipal, fundamentando-se nos princípios da transparência e da democratização da gestão cultural, e constituindo-se em instância permanente de intervenção qualificada da sociedade civil na formação de políticas de cultura.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 3º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói tem por objetivo promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram a ação cultural no Município, visando garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de deliberar, apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 4º - São atribuições do Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói:

I - Elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas municipais de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura;

II - Formular proposta de política cultural que inclua proposições que atendam às demandas das Câmaras Setoriais, contemplando os equipamentos culturais, a promoção do patrimônio cultural, o fomento às artes e às manifestações culturais populares;

III - Propor prioridades na consecução da política municipal de cultura e na aplicação dos recursos públicos destinados à cultura;

IV - Fiscalizar as atividades culturais promovidas pela Prefeitura Municipal, bem como pelas entidades culturais com ela conveniadas;

V - Propor normas e diretrizes para o financiamento de projetos culturais;

VI - Formar comissão interna para analisar projetos de caráter cultural, educacional e artístico;

VII - Propor normas e diretrizes para celebração de convênios culturais;

VIII - Discutir a proposta orçamentária anual para investimentos no setor, como também para elaboração do projeto de lei sobre diretrizes orçamentárias do Município;

IX - Avaliar a execução das diretrizes e metas anuais da Secretaria Municipal das Culturas e da Fundação de Arte de Niterói, bem como suas relações com a sociedade civil;

X - Colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da legislação concernente à cultura;

XI - Deliberar sobre a implementação de Políticas Culturais no âmbito do Executivo Municipal;

XII - Pronunciar-se, emitir pareceres, elaborar propostas e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à cultura, quando solicitado pelo Poder Público, pela sociedade civil ou por iniciativa própria;

XIII - Atuar perante os diversos segmentos da sociedade, procurando sensibilizá-los para a importância do investimento em cultura;

XIV - Defender, em parceria com o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural o patrimônio cultural e artístico do Município e incentivar sua difusão e proteção;

XV – Estimular e fiscalizar a execução da descentralização das atividades de produção e difusão culturais no Município, visando garantir a cidadania cultural como direito de produção, acesso e fruição de bens culturais e de preservação da memória cultural e artística;

XVI - Criar mecanismos que permitam sua comunicação com a comunidade, para que possa cumprir seu papel de mediador entre a sociedade civil e o governo municipal no campo cultural;

XVI - Identificar e colaborar, em parceria com o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, para a identificação, no âmbito do Município de Niterói, de bens de valor artístico, histórico, turístico e paisagístico;

XVII - Representar a sociedade civil de Niterói junto ao Poder Público Municipal em todos os assuntos que digam respeito à cultura.

XVIII - Acompanhar os investimentos públicos municipais em projetos culturais privados, visando total conhecimento e transparência das parcerias existentes e a serem propostas.

XIX - Deliberar, fiscalizar e propor ao Poder Executivo a elaboração de normas e diretrizes de financiamento de projetos e políticas públicas;

XX - Deliberar, fiscalizar e propor ao Poder Executivo a elaboração de normas e diretrizes para convênios culturais;

XXI - Opinar sobre todos os assuntos que lhe forem remetidos relativos às ações culturais do Município;

CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º – O Conselho Municipal de Política Cultural será composto por um total de 30 (trinta) Conselheiros Titulares e respectivos suplentes, do Poder Público e da Sociedade Civil.

§ 1º - O Poder Público é representado por 15 (quinze) Conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, conforme art. 23 da Lei Municipal nº 3.182/2015

§ 2º - A Sociedade Civil é representada pelas 15 (quinze) Câmaras Setoriais, compostas cada uma por 01 (um) Conselheiro Titular e 01 (um) Conselheiro Suplente, conforme art. 24 da Lei Municipal nº 3.182/2015.

CAPÍTULO IV – DA POSSE DO CONSELHO, DO PROCESSO ELEITORAL DA PRESIDÊNCIA E DA VACÂNCIA DOS CARGOS

Art. 7º - A posse dos conselheiros e conselheiras eleitos(as) da Sociedade Civil será automática, no momento, a respectiva eleição.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida apenas uma reeleição, ou uma eleição em câmara setorial diversa;

§ 2º - A contagem do tempo do mandato dos conselheiros e conselheiras será a data da sua eleição e, consequentemente, sua posse.

Art. 8º - A posse dos conselheiros e conselheiras do Poder Público será automática a sua respectiva indicação pelos seus órgãos. Importante observar que o mandato dos conselheiros do poder público se findará junto com o mandato dos conselheiros da sociedade civil, independente da data que os órgãos tenham indicado seus representantes.

Art. 9º - São normas do processo eleitoral para a escolha da presidência e sua possível vacância/substituição:

§ 1º - A primeira reunião do início do mandato do Conselho deverá acontecer em até 30 dias após a eleição dos(as) Conselheiros(as) da Sociedade Civil, com caráter solene e presidida pela(o) titular da Secretaria Municipal das Culturas ou por algum membro indicado por este, que coordenará o processo de eleição da Presidência;

§ 2º - Caso os órgãos não indiquem seus representantes, isso não poderá ser usado como justificativa para o não cumprimento do prazo descrito no parágrafo anterior;

§ 3º - O lançamento das candidaturas à presidência dar-se-á a partir da posse oficial dos Conselheiros da Sociedade Civil até o primeiro ponto de pauta da primeira reunião;

§ 4º - Ao iniciar a primeira reunião do início do mandato, o primeiro ponto de pauta será a eleição da Presidência. Os(as) que desejarem se candidatar deverão fazer por livre e espontânea vontade, se auto declarando candidatos(as) a presidência. Será garantido a defesa da candidatura dos(as) candidatos(as) que somente poderá ser exercida pelo(a) próprio(a) candidato(a). Após as defesas será realizada a votação, de forma aberta,

nominal e será declarado presidente o(a) candidato(a) que obtiver o maior número total de votos;

§ 5º - Caso nenhum(a) conselheiro(a) se candidate, assumirá a presidência o titular da Secretaria Municipal das Culturas;

§ 6º - No caso de impedimento temporário do(a) Presidente, o Conselho elegerá um(a) Presidente interino(a), nos mesmos moldes da primeira eleição, com reunião presidida pelo titular da Secretaria Municipal das Culturas ou por algum membro indicado por este;

§ 7º - Na vacância do cargo de Presidente, por renúncia ou falecimento, o Conselho elegerá nova Presidência que deverá ocorrer, nos mesmos moldes da primeira eleição, com reunião presidida pelo titular da Secretaria Municipal das Culturas ou por algum membro indicado por este;

§ 8º - O mandato da Presidência será de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição.

Art. 10º - São regras para substituição e afastamento do(a) conselheiro(a) da Sociedade Civil:

1) Nas hipóteses de licença ou afastamento temporário de qualquer titular do Conselho, este será substituído pelo seu suplente durante o período. Será permitida licença ou afastamento por até seis meses do titular durante todo o período da gestão. Caso o prazo seja ultrapassado, o conselho considerará que o mesmo estará impedido de continuar na função de conselheiro titular e providenciará sua substituição pelo seu respectivo suplente.

2) No caso de afastamento definitivo, renúncia ou falecimento de qualquer titular do Conselho, este será substituído por sua suplência. Assim que empossado, o titular deverá providenciar a eleição de um novo suplente, dentro da sua Câmara Setorial, na primeira reunião ordinária subsequente.

3) Caso a Câmara Setorial encontre-se com sua titularidade e suplência vaga (seja por motivos de licença, afastamento, renúncia ou falecimento) de forma simultânea, caberá a presidência eleger seus substitutos (temporários ou definitivos) na primeira reunião ordinária subsequente da câmara.

4) O(a) conselheiro(a) será afastado definitivamente de sua função na hipótese de ausência sem justificativa por três reuniões do pleno consecutivas ou por seis reuniões do pleno ao longo de um ano. Caso o(a) conselheiro(a) atinja o limite de faltas, será convocado oficialmente através dos mecanismos oficiais de comunicação interna do Conselho para se justificar na reunião ordinária seguinte. Caso o mesmo não compareça ou ainda que compareça e suas justificativas não sejam aprovadas pelo pleno, o mesmo será afastado definitivamente de suas funções de conselheiro titular.

5) O(a) conselheiro(a) será afastado definitivamente de sua função na hipótese de ausência, mesmo com justificativa, por quatro reuniões do pleno consecutivas ou por sete reuniões do pleno ao longo de um ano, exceto nos casos previstos de licença e afastamento temporário como já descritos anteriormente. Caso o(a) conselheiro(a) atinja o limite de faltas, será convocado oficialmente através dos mecanismos oficiais de comunicação interna do Conselho para se justificar na reunião ordinária seguinte. Caso o mesmo não compareça ou ainda que compareça e suas justificativas não sejam aprovadas pelo pleno, o mesmo será afastado definitivamente de suas funções de conselheiro titular.

6) A apresentação de justificativa das ausências deverá ser feita por meio dos mecanismos oficiais de comunicação interna do Conselho, conforme artigo 15º.

7) O conselheiro (a) afastado não pode ser eleito na mesma gestão.

Art. 11º - São regras para substituição do(a) conselheiro(a) do Poder Público:

1) Nas hipóteses de licença ou afastamento temporário do titular o mesmo será substituído por seu respectivo suplente até o retorno do titular. Será permitida licença ou afastamento por até seis meses do titular durante todo o período da gestão. Caso o prazo seja ultrapassado, o conselho considerará que o mesmo estará impedido de continuar na função de conselheiro titular e providenciará sua substituição pelo seu respectivo suplente.

2) Nas hipóteses de afastamento definitivo, renúncia ou falecimento do titular o mesmo será substituído por seu suplente, ficando o respectivo órgão responsável por indicar um novo suplente até a próxima reunião ordinária do pleno;

3) Caso o indicado pelo órgão não possua mais vínculo com o mesmo, este poderá ser substituído;

4) Caso o titular e o suplente se licenciem, se afastem, renunciem ou faleçam, o órgão referente deverá indicar novos membros até a próxima reunião ordinária do pleno.

5) O(a) conselheiro(a) será afastado definitivamente de sua função na hipótese de ausência sem justificativa por três reuniões do pleno consecutivas ou por seis reuniões do pleno ao longo de um ano. Caso o(a) conselheiro(a) atinja o limite de faltas, será convocado oficialmente através dos mecanismos oficiais de comunicação interna do Conselho para se justificar na reunião ordinária seguinte. Caso o mesmo não compareça ou ainda que compareça e suas justificativas não sejam aprovadas pelo pleno, o mesmo será afastado definitivamente de suas funções de conselheiro titular.

6) O(a) conselheiro(a) será afastado definitivamente de sua função na hipótese de ausência, mesmo com justificativa, por quatro reuniões do pleno consecutivas ou por sete reuniões do pleno ao longo de um ano, exceto nos casos previstos de licença e afastamento temporário como já descritos anteriormente. Caso o(a) conselheiro(a) atinja o limite de faltas, será convocado oficialmente através dos mecanismos oficiais de comunicação interna do Conselho para se justificar na reunião ordinária seguinte. Caso o mesmo não compareça ou ainda que compareça e suas justificativas não sejam aprovadas pelo pleno, o mesmo será afastado definitivamente de suas funções de conselheiro titular.

7) A apresentação de justificativa das ausências deverá ser feita por meio dos mecanismos oficiais de comunicação interna do Conselho, conforme artigo 15º.

Art. 12º - Os mandatos dos titulares e de seus respectivos suplentes findam na mesma data, independentemente de eventuais substituições durante a gestão.

CAPÍTULO V - DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 13º - A Secretaria Municipal das Culturas garantirá o funcionamento do Conselho, assegurando-lhe recursos humanos e materiais necessários.

Art. 14º - A Secretaria Municipal das Culturas designará uma Secretaria Executiva para responder às necessidades funcionais do Conselho.

§ Único - A Secretaria Municipal das Culturas indicará um dos integrantes da Secretaria Executiva para responder pelo grupo como Secretária ou Secretário Executivo.

Art. 15º - A comunicação interna do Conselho será feita através dos seus mecanismos oficiais, sendo eles:

I – Correio eletrônico: cmculturanit@gmail.com;

II – Ofício;

III - E/ou fala em reunião do pleno com solicitação de registro em ata.

Art. 16º - Poderão ser constituídas Comissões para a realização de atividades específicas, as quais serão automaticamente dissolvidas após a conclusão dos trabalhos.

§ 1º Para instituir uma comissão, o(a) conselheiro(a) que assim desejar deverá apresentar proposta contendo a nomenclatura da mesma, uma breve justificativa, sua composição e prazo para conclusão dos trabalhos.

§ 2º As comissões serão decididas em reuniões do pleno, por maioria simples dos presentes.

Art. 17º - Fica instituída uma Comissão Permanente de Comunicação, eleita em até 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho.

§ 1º - Cada gestão deverá definir, no ato de eleição da Comissão, a sua composição, metas e objetivos.

§ 2º - Cabe a cada Conselheiro(a) criar um canal público para divulgar a agenda, pauta, relatórios dos debates e demais atividades de suas respectivas Câmaras Setoriais, podendo haver a colaboração da Secretaria das Culturas para este fim e também da Comissão.

CAPÍTULO VI – DAS REUNIÕES

Art. 18º - As reuniões ordinárias do pleno serão mensais, devendo o Conselho aprovar calendário semestral para tal fim.

Art. 19º - As reuniões extraordinárias do pleno serão convocadas pela Presidência do Conselho ou por 2/3 de seus membros que estejam em reunião ordinária ou por 2/3 de seus membros via comunicação interna do Conselho por meio dos seus mecanismos oficiais, com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência e deverão ter pauta única previamente informada.

Art. 20º - As reuniões ordinárias das Câmaras Setoriais serão bimestrais, devendo a Câmara aprovar calendário semestral para tal fim.

Art. 21º - As reuniões extraordinárias da Câmara Setorial pleno serão convocadas pela Conselheiro Titular ou por 2/3 de seus membros, com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência e deverão ter pauta única previamente informada.

Art. 22º - Na reunião do pleno, não comparecendo a ou o Presidente até 30 (trinta) minutos após a hora marcada para início, esta será presidida por uma ou um dos Conselheiros presentes, eleita(o) para tal fim da seguinte forma:

1) Eleição aberta entre os que desejarem assumir a presidência. Para tornar-se presidente o(a) candidato(a) deverá obter a totalidade dos votos dos presentes.

2) Não havendo consenso, assumirá o(a) Conselheiro(a) mais velho em idade entre os titulares da reunião.

Art. 23º - Na reunião das Câmaras Setoriais, não comparecendo a ou o Conselheiro titular até 30 (trinta) minutos após a hora marcada para início, esta será presidida pelo titular e, em sua ausência, por uma ou um dos Conselheiros presentes, eleita(o) para tal fim da seguinte forma:

1) Eleição aberta entre os que desejarem assumir a presidência. Para tornar-se presidente o(a) candidato(a) deverá obter a totalidade dos votos dos presentes.

2) Não havendo consenso, assumirá a pessoa mais velho em idade entre os membros da Câmara.

Art. 24º - Observar-se-á nas reuniões do pleno a seguinte ordem de trabalho:

I - Discussão e decisão dos processos e expedientes;

II - Acompanhamento das decisões da conferência e do plano municipal de cultura;

III - Apresentação de temas gerais.

Art. 25º - Observar-se-á nas reuniões das Câmaras Setoriais a seguinte ordem de trabalho:

I - Discussão e encaminhamento dos temas relativos a Câmara;

II - Apresentação de temas gerais.

Art. 26º - Durante os debates, qualquer intervenção oral será obrigatoriamente precedida de solicitação da palavra à Presidência ou à Conselheira ou Conselheiro que dela estiver fazendo uso.

Art. 27º - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos dos Conselheiros ou Conselheiras titulares daquela reunião.

§ 1º - Em caso de empate, será realizada nova votação precedida de debates. Caso prossiga o empate, caberá à ou ao Presidente o voto de desempate.

§ 2º - A ou o Presidente votará sempre em último lugar.

Art. 28º - Esgotadas as discussões sobre as matérias em julgamento e declarados os votos, a Presidência proclamará o resultado.

Art. 29º - Todos os presentes às reuniões podem apresentar propostas para votação, desde que dentro da pauta.

Art. 30º - Todas as reuniões terão duração máxima de 02 (duas) horas, prorrogadas por 30 (trinta) minutos, se assim aprovado.

Art. 31º - As reuniões ordinárias da Câmara setorial deverão ter sempre a participação do seu titular e/ou suplente

§ Único - A ata da reunião deverá ser entregue à Secretaria Executiva do Conselho em até 5 dias após a realização da mesma, tendo a Secretaria Executiva 72 horas, após o recebimento da ata, para publica-la.

Art. 32º - Todas as reuniões serão previamente divulgadas e abertas à sociedade civil e serão registradas em atas, inclusive as das Câmaras Setoriais.

§ 1º - As atas das reuniões serão amplamente divulgadas, inclusive pela internet, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após a realização das mesmas.

§ 2º - A ata da reunião do Pleno será assinada pela Presidência e pela Secretária ou Secretário Executivo, após a aprovação dos demais integrantes do Conselho presentes na reunião e será divulgada nos canais públicos de comunicação do Conselho.

§ 3º - A ata da reunião das Câmaras Setoriais serão assinadas pelo conselheiro titular e/ou suplente presentes a reunião, após a aprovação dos demais integrantes do Conselho presentes na reunião e será divulgada nos canais públicos de comunicação do Conselho.

CAPÍTULO VII - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 33º - Ao Conselho compete:

I - Eleger a Presidência;

II - Deliberar sobre os assuntos encaminhados à sua apreciação;

III - Fomentar a participação da sociedade nas Câmaras Setoriais, garantindo sua autonomia;

IV - Aprovar o calendário das sessões ordinárias do pleno;

V - Propor e aprovar, quando for o caso, a revisão deste Regimento Interno;

VI - Requerer a convocação de reunião extraordinária, apresentando a necessária justificativa.

VII - Fomentar o Fórum Permanente de Cultura de Niterói, a ser implementado, através de suas Câmaras Setoriais.

Art. 34º - À Presidência compete:

I - Presidir, coordenar os debates e supervisionar as votações das reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - Convocar reuniões extraordinárias em casos justificados;

III - Apreciar e aprovar as pautas das reuniões;

IV - Incentivar as atividades das Câmaras Setoriais;

V - Encaminhar aos Conselheiros os processos submetidos a exame, estudo e parecer;

VI - Representar o CMPC ou fazer-se representar por outro Conselheiro especialmente designado, em reuniões técnicas, eventos e outras solenidades;

VII - encaminhar as resoluções da Plenária ao Secretário Municipal das Culturas;

VIII - Dirigir as atividades da Secretaria Executiva.

Art. 35º - À Secretaria Executiva compete:

I - Assessorar o Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói e seus integrantes no cumprimento de suas obrigações;

II - Secretariar e redigir as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do pleno;

III - Providenciar e entregar ao Presidente o relatório dos assuntos votados em reunião anterior, acrescido de temas urgentes para serem submetidos à apreciação do CMPC, com antecedência de 10 dias úteis em relação à realização da reunião;

IV - Encaminhar aos integrantes do Conselho a pauta dos assuntos a serem tratados, com antecedência de 5 dias (úteis) em relação à realização da reunião;

V - Encaminhar à Presidência, após a quinta reunião ordinária, no prazo de 15 dias da data desta reunião, levantamento estatístico do número de reuniões do Conselho, do comparecimento de seus membros e dos processos e expedientes analisados, sendo obrigatória também sua apresentação ao pleno na sexta reunião ordinária.

VI - Agendar local e horário das reuniões ordinárias e extraordinárias do pleno do CMPC e de suas respectivas Câmaras Setorial e divulgá-las.

VII - Para controle das atividades da Secretaria Executiva do Conselho, serão mantidos os seguintes registros:

a) do protocolo, para anotação da correspondência recebida e expedida;
b) da distribuição de processos;
c) das atas de reunião do Conselho.
Art. 36º - Aos Conselheiros e Conselheiras representantes da sociedade civil compete:
I - Fornecer subsídios ao Plenário do CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais;
II - Estimular a participação da sociedade civil;
III - Fomentar as expressões de arte e cultura no município de Niterói;
IV - Identificar prioridades da população no que tange às necessidades e desejos culturais;
V - Mapear espaços e agentes culturais pertinentes às suas respectivas Câmaras Setoriais e fomentar a ampliação das mesmas.
Art. 37º - As câmaras setoriais compete:
§ 1º - Debater, formular e propor políticas para suas respectivas áreas de atuação.
§ 2º - Apresentar propostas de interesse dos membros das suas Câmaras ao pleno do Conselho;
§ 3º - Estimular a participação ativa da sociedade civil nos processos democráticos de decisão das políticas culturais do município.
CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 38º - Com antecedência mínima de dois meses em relação ao final do mandato, a Secretaria Executiva deve convocar a sociedade para a eleição dos novos membros e expedir ofício aos órgãos e entidades representados por indicação para que enviem as indicações dos seus representantes – titular e suplente – para o mandato subsequente.
Art. 39º - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação, podendo ser modificado no todo ou em parte.
Art. 40º - A alteração deste Regimento poderá ser feita por proposta escrita à Presidência por qualquer Conselheiro(a), mesmo se este não esteve presente quando foi aprovado o regimento, e será submetida ao Plenário na reunião seguinte ao seu recebimento, considerando-se aprovada pelo voto de dois terços do Conselho.
Art. 41º - Os casos omissos serão resolvidos por deliberação de pelo menos 2/3 dos presentes ao plenário do Conselho, observada a legislação em vigor.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

ONDE SE LÊ:

08 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

08.1 - Somente será aceita as Propostas de Preços que estiverem preenchidas em impresso original próprio da empresa em duas vias, juntamente com a planilha de composição de preços, contendo as informações solicitadas e nas seguintes condições::
e) as Propostas de Preços deverão conter o valor referente ao dissídio coletivo de 2016.

LEIA-SE:

08 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

08.1 - Somente será aceita as Propostas de Preços que estiverem preenchidas em impresso original próprio da empresa em duas vias, juntamente com a planilha de composição de preços, contendo as informações solicitadas e nas seguintes condições::
e) a Empresa interessada deverá preencher o anexo 5-A por categoria, incluindo seus custos de acordo com o dissídio coletivo 2016/2017, na forma prevista no acordo coletivo do Sindicato dos Trabalhadores em Asseio, Conservação e Limpeza Urbana de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Rio Bonito - Sintacluns.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Resultado definitivo dos pedidos de isenção do valor de inscrição deferidos

Table with 2 columns: Inscrição, Nome. Rows include Joyce Alessandra dos Santos Barbosa, Tayane Carvalho Machado, Duane Moreno Carvalho, Carla Phelizarda da Silva, Renato Bezerra Herculano, Lucimauro Barbosa da costa, Ana Paula Barbosa Querzé, Gilson Soares Ponciano, Maria Elisabeth da Silva, Rachel da Silva Mata, Adriana Amorim Freire, Leonardo Porto Pinto, Ariele Vicente Batista, Neylton Rodrigo Soares, Naiara Lisboa da Silva, Ingrid de Azevedo Cristino Nespoli, Bruna Matos de Sena, Michelle de Souza Silveira Tavares, Ana Caroline Barros da Silva, Flávia Bonavita Correa, Marcus Vinicius Fernandes de Oliveira, Fabiana Pimenta Granja, Adriano Martins Mendonça, Alex Sandino da Silva Pereira, Talita Silva Mendonça, Fernanda Pinheiro Antunes Carvalho, Adriana Silva de Aguiar Gonçalves, Jefferson de Souza, Viviane de Assis Silva, Pedro Corvello Coelho Parada, Fernanda Oliveira do Nascimnto, Marcio Medeiros de Miranda, Luciano França de Azevedo, Janayna Bittencourt do Ampara, Lorrane da Silva Rodrigues, Guilherme Estefanini Moura, Bárbara Cristina Ferreira de Souza, Rebeca Martins de Almeida, Juliana Mendes Rodrigues, Andre de Oliveira Barbosa, Danielle Aparecida Ferreira, Karina Ferrarez Pessanha de Souza, Gisele de Almeida Baptista, Marcelo Ferreira Figueredo, Leandro Ribeiro dos Santos, Francelly Soares Garcia da Silva, Adriana Martins Raposo.

EXTRATO Nº s/nº/2014

Corrigenda

INSTRUMENTO: Termo de Desapropriação Amigável
Onde se lê: DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2014.
Leia-se: DATA DA ASSINATURA: 10 de novembro de 2014.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

A **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**,no uso de suas atribuições legais,e tendo em vista delegação de competência que lhe confere o Decreto 6150/91,

RESOLVE:

Atribuir, a contar de 01/06/2016, a **Olga Maria Soares de Oliveira**, a gratificação equivalente ao símbolo FMS-7/SUS, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, na função de **Chefe da Seção de Farmácia**, em vaga decorrente da dispensa de Bento Gonçalves de Freitas Neto. **(PORTARIA FMS/FGA nº 123/2016).**

Atribuir, a contar de 01/06/2016, a **LARISSA NEVES DE MEDEIROS PONTES**, a gratificação equivalente ao símbolo FMS-7/SUS, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, na função de **Chefe da Seção de Manutenção de Equipamentos**, em vaga decorrente da dispensa de Leonardo de Oliveira Queiroz Correia. **(PORTARIA FMS/FGA nº 127/2016).**

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

ABONO PERMANÊNCIA – DEFERIDO

200/2263/2016 - ROSA MARIA MILHOMEM VICTOR

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atos do Presidente

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº010/2016

Aprovo a proposta do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, adjudicando e homologando do Pregão Presencial nº010/2016, à sociedade empresária GENTE SEGURADORA S.A. no valor total de R\$67.800,00 (sessenta e sete mil e oitocentos reais). A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho20.43.12.122.0001-2739, Código de Despesa 3339039.00, Fonte 100. Processo nº210/4451/2015.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Autorizo a CLIN – Companhia de Limpeza Urbana de Niterói, a aderir à Ata Registro de Preços nº **006/2015**, referente ao Pregão Presencial nº **023/2015**, oriundo do Processo Administrativo nº **210/3729/2015**. Em consonância com o artigo 22, §1º do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

Despachos

Processo: 210/2466/2016. **Recorrente:** PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. **Objeto:** Recurso ao Pregão Presencial nº010/2016. **INDEFERIDO.** E o Recorrente: GENTE SEGURADORA S.A. **Objeto:** Contrarrazões do recurso ao Pregão Presencial nº 010/2016 **DEFERIDO.** Omitido em 01/06/2016.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN

Ato do Presidente

ATO DE CONTRATAÇÃO

EXTRATO CONTRATUAL Nº 052/2016

Instrumento/espécie: Contrato; Partes do contrato: FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN e S.J.T.P. CAFÉ BISTRO LTDA-ME; Resumo do Objeto: autorização para utilização, a título precário, à S.J.T.P. Café Bistrô Ltda ME de parte do imóvel do Teatro Municipal João Caetano de Niterói (área externa), de propriedade e unidade cultural da FAN, referente à exploração econômica de serviços de cafeteria; Valor mensal a ser pago à FAN: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais) e a serem pagos pela S.J.T.P. CAFÉ BISTRO LTDA, vencedora da licitação / contratada; Prazo de vigência: 12 (doze) meses; Fundamentação Legal: Licitação Pública nº 010/2016, modalidade convite, e Lei Federal nº 8.666/93 e Processo Administrativo/FAN/220/000670/2016; Registrado no Livro da FAN sob: Termo nº 052/2016, fls. 158vº, Livro nº DOIS; Data de Assinatura contratual: 01/06/2016;

ATO DE CONTRATAÇÃO

Espécie / instrumento: ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS nº 001/2016

Partes: Fundação de Arte de Niterói – FAN (CONTRATANTE) e ÁGUA GRANDE PROJETOS E REALIZAÇÕES LTDA ME. (CONTRATADA); Resumo do Objeto: Contratação de empresa especializada em produção cultural para realização / execução do projeto “De conversa em conversa – os grandes nomes da música popular brasileira falam de sua obra”, a ser realizado no Teatro Municipal de Niterói, TMJC, unidade cultural desta Fundação – FAN; VALOR TOTAL CONTRATUAL: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). Crédito que correrá a despesa: Nota de Empenho nº 000306/16 (PT 41.41.13.122.0001.2740 / CD 3.3.3.90.39.27.00.00 / Fonte 100) no valor de R\$ 75.000,00 e datada de 03/06/2016; Prazo de vigência contratual: 06 (seis) meses; Fundamentação legal: Edital de Licitação sob o nº 003/2016, modalidade Convite, com base no processo administrativo/FAN nº 220/000337/2016 e Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; Data de assinatura da Ordem de Execução de Serviços: 03/06/2016.

NITERÓI PREV

Comissão Eleitoral

Edital de Convocação

Eleição para o Conselho Superior de Administração e Conselho Fiscal do Niterói Prev.

A Comissão Eleitoral, instituída pela Portaria nº 93/2016, publicada no Diário Oficial "A Tribuna" em 16 de junho de 2016, considerando o disposto pelos artigos 11 e 12 da Lei nº 2288/05, Decreto nº 10.621/08 e Portaria 440, do Ministério da Previdência Social, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Artigo 1º. Ficam convocados(as) os(as) servidores(as) efetivos(as), ativos(as), aposentados(as) e pensionistas do Município de Niterói para a **Eleição dos membros do Conselho Superior de Administração e do Conselho Fiscal do NITERÓI PREV**, dentre os servidores efetivos, ativos, aposentados e pensionistas

Parágrafo 1º. Para o Conselho Superior de Administração serão eleitos dois (2) representantes dos servidores efetivos ativos e dois (2) representantes dos aposentados/pensionistas.

Parágrafo 2º. Para o Conselho Fiscal será eleito um (01) representante dos servidores efetivos ativos e um (01) representante dos servidores aposentados/pensionistas.

Parágrafo 3º - Serão suplentes de cada Conselheiro eleito os candidatos mais votados, imediatamente após os eleitos.

DA ELEIÇÃO

Artigo 3º. A eleição para o Conselho Superior de Administração e Conselho Fiscal do Niterói Prev será realizada por intermédio do voto direto, secreto e facultativo, utilizando-se o sistema de votação manual por meio de cédulas de votação.

Artigo 4º. A eleição realizar-se-á no dia 08 de Agosto de 2016 no horário de 10:00 às 16:00 horas, nos locais indicados no Artigo 13.

ELEITOR

Artigo 5º. É considerado(a) eleitor(a) todo(a) servidor(a) efetivo(a) ativo(a), aposentado(a) ou pensionista do regime próprio do município de Niterói que, na data da eleição:

I – Contabilizem, no mínimo, trinta e seis (36) contribuições para o Niterói Prev; (declaração ou contracheque com data de admissão);

II – Sejam maiores de dezesseis (16) anos, se pensionistas;

III – Estejam em dia com suas obrigações previdenciárias e financeiras assumidas perante o Niterói Prev.

HABILITAÇÃO DE CANDIDATOS

Artigo 6º. São elegíveis os(as) servidores(as) efetivos(as) ativos(as), aposentados(as) e pensionistas do Niterói Prev que:

- I – Tenham, no mínimo, trinta e seis (36) contribuições para o Niterói Prev (declaração ou contracheque com data de admissão) e estejam em dia com as suas obrigações previdenciárias e financeiras assumidas perante o Niterói Prev;
- II – Tenham vinte e um anos (21) completos na data da posse;
- III – Tenham conduta compatível com o exercício da função pública;
- IV – Não tenham sofrido qualquer sanção disciplinar ou criminal transitada em julgado;
- V – Tenham conhecimento de legislação previdenciária, financeira e contábil;

Parágrafo único: A Comissão Eleitoral indeferirá a inscrição do(a) candidato(a) que não apresentar a documentação exigida.

Artigo 7º. São Inelegíveis:

- I – Os servidores efetivos ativos e aposentados que estejam cedidos a outros entes federativos, com ou sem ônus;
- II – Os servidores efetivos ativos, aposentados ou pensionistas cujas contas apresentadas em exercício de cargos públicos, tenham sido recusadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- III – Os integrantes da Comissão Eleitoral.

INSCRIÇÃO

Artigo 8º. Os(as) candidatos(as) à Eleição deverão apresentar os seguintes documentos:

- I – Ficha de inscrição em duas vias.
- II – Comprovante de, no mínimo, trinta e seis (36) contribuições para o Niterói Prev (declaração ou contracheque com data de admissão);
- III – Cópia e original da carteira de identidade e do CPF;
- IV – Nada consta exarado pelo órgão de Controle Interno da Administração Municipal, bem como pelo órgão de Controle Interno da entidade de origem do candidato, quando houver, comprovando que não sofreu qualquer sanção disciplinar nos últimos cinco (5) anos.
- V – Cópia do ultimo contracheque;
- VI – Currículo Profissional.

Parágrafo primeiro. O(a) candidato(a) concorrerá a uma única vaga no Conselho de Administração ou no Conselho Fiscal.

Parágrafo segundo. O(a) candidato(a) deverá assinalar, na Ficha de Inscrição, para qual Conselho esta concorrendo (Conselho de Administração ou Conselho Fiscal).

Parágrafo terceiro. Caso sejam assinalados os dois campos, a inscrição será indeferida.

LOCAL E PRAZO PARA INSCRIÇÃO

Artigo 9º. As inscrições deverão ser efetuadas pessoalmente pelo(a) candidato(a) no NITERÓI PREV, à Rua da Conceição, 195, **no período de 22 de Junho a 30 de junho de 2016, das 10:00 às 16:00 horas.**

PUBLICAÇÃO

Artigo 10. A Comissão Eleitoral fará publicar no Diário Oficial do Município e na página da internet (www.niteroiprev.niteroi.rj.gov.br), no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento das inscrições, a relação nominal, em ordem alfabética, indicando nome e matrícula dos candidatos habilitados para concorrerem ao pleito, e dos inabilitados.

IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

Artigo 11 – Os candidatos inabilitados poderão apresentar recurso no prazo de dez (10) dias após a publicação, no mesmo local e horário da inscrição.

HOMOLOGAÇÃO

Artigo 12. Decorrido o prazo para o oferecimento de recursos, ou após o julgamento destes, a relação definitiva dos candidatos habilitados será publicada no Diário Oficial, no prazo de dois (02) dias.

LOCAIS DE VOTAÇÃO

Artigo 13 – Serão seis (6) os postos de votação:

- a) Prefeitura Municipal de Niterói** – Rua Visconde de Sepetiba nº 987 Centro – Térreo (Com dois postos de votação) - votarão os servidores efetivos ativos da Administração Direta, Autarquias, Fundação Municipal de Saúde, Secretaria de Saúde e demais Secretarias (exceto Secretaria de Fazenda, Secretaria/Fundação de Educação e Niterói Prev)
- b) Secretaria Municipal de Educação** (espaço 300) – Rua Visconde de Uruguai nº 300 Centro – votarão os servidores efetivos ativos da Fundação Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação.
- c) Secretaria Municipal de Fazenda** – Rua da Conceição, 100, Centro – votarão os servidores efetivos ativos da Secretaria de Fazenda.
- d) Niterói Prev** - Rua da Conceição nº 195 Centro - votarão os servidores aposentados, pensionistas e os servidores efetivos ativos do Niterói Prev.
- e) Câmara de Vereadores de Niterói** – Av Ernani Amaral Peixoto nº 625, Centro - votarão os servidores efetivos ativos da Câmara de Vereadores.
- f) Secretaria de Serviços Públicos, Trânsito e Transportes** – Rua Visconde do Rio Branco nº 11 – Ponta da Areia/Centro – votarão os servidores efetivos ativos da Secretaria de Serviços Públicos, Trânsito e Transportes e Secretaria Municipal de Segurança e Direitos Humanos.

DA ELEIÇÃO e VOTAÇÃO

Artigo 15. A Comissão Eleitoral designará servidores do Niterói Prev, por meio de Portaria, para funcionarem como mesários no dia 08 de julho de 2016.

Parágrafo primeiro. Os eleitores comparecerão aos locais indicados para votação e deverão apresentar documento válido com foto e cópia do ultimo contracheque.

Parágrafo segundo. Após conferência dos documentos, os mesários colherão a assinatura do eleitor na Relação Oficial fornecida pelo Niterói Prev e entregarão ao mesmo as cédulas de votação, sendo uma cédula para os candidatos ao Conselho de Administração e uma cédula para o Conselho Fiscal.

Parágrafo terceiro. O eleitor se dirigirá à cabine de votação e, após votar, depositará os seus votos na respectiva urna, na frente dos mesários.

Parágrafo quarto. As cédulas de votação terão cores diferentes, de forma a facilitar a identificação por Conselho, sendo a cédula branca destinada aos candidatos ao Conselho Superior de Administração e as cédulas amarelas para o Conselho Fiscal.

Parágrafo quinto. Os nomes dos candidatos serão dispostos em cada uma das cédulas em ordem alfabética.

Parágrafo sexto. Os candidatos à eleição poderão indicar, no máximo, um fiscal para cada local de votação.

Parágrafo sétimo. Os fiscais deverão ser indicados até o dia 28 de julho de 2016, por meio de ofício assinado pelo candidato e endereçado à Comissão Eleitoral, informando qual o local de votação que o fiscal atuará.

Parágrafo oitavo. Na sede do Niterói Prev (Rua da Consolação, 195 – Centro), votarão, única e exclusivamente, os eleitores aposentados e pensionistas, e apenas para as vagas destinadas aos representantes dos aposentados e pensionistas junto aos Conselhos de Administração e Fiscal.

Parágrafo nono. Não será permitido o voto em trânsito.

Parágrafo décimo. Imediatamente após o encerramento da votação, as urnas serão lacradas pelos mesários e pelos candidatos ou seus representantes que estiverem presentes, e transportadas para o Niterói Prev, onde permanecerão em sala fechada até o dia seguinte.

APURAÇÃO DOS VOTOS

Artigo 16 – Após a chegada das urnas no Niterói PRev, terá início a apuração dos votos, nas dependências do Niterói Prev e na presença dos membros da Comissão Eleitoral, dos servidores do Niterói Prev designados para apurar os votos e dos candidatos que ali se encontrarem.
Parágrafo primeiro. As urnas serão abertas, uma a uma e sequencialmente, após a constatação da inviolabilidade do lacre, devendo os servidores encarregados da apuração contar todos os votos de cada urna.
Parágrafo segundo. A apuração será iniciada com a abertura da urna dos aposentados e pensionistas e contagem dos respectivos votos, separados por cor e em válidos, brancos e nulos.
Parágrafo terceiro. Após, serão apurados os votos dos servidores efetivos ativos, que serão separados por cor e em válidos, brancos e nulos.
Parágrafo quarto. Em seguida, serão apurados os votos válidos de cada candidato ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.
Parágrafo quinto. Ao final da apuração, será lavrada Ata pela Comissão Eleitoral, que indicará o total de votos existentes em cada urna, o total de votos válidos, em branco e nulos, bem como a quantidade de votos obtidos por cada um dos candidatos aos Conselhos de Administração e Fiscal, tanto dos servidores efetivos ativos, quanto dos aposentados e pensionistas.
Parágrafo sexto. A Ata será assinada pelos membros da Comissão de Eleição, pelos servidores responsáveis pela apuração e pelos candidatos que se encontrarem no local.
Parágrafo sétimo. Não será permitida a presença de nenhum outro servidor da ativa, aposentado ou pensionista, durante a apuração.
Parágrafo oitavo. Após a assinatura da Ata, todos os votos permanecerão na sala da presidência do Niterói Prev, em urna lacrada, até o dia da posse dos candidatos eleitos.
Parágrafo nono. Em caso de empate, serão utilizados os seguintes critérios:

- a) Titulação acadêmica:
- Certificação para o mercado financeiro e de capitais (CPA-10, CPA-20 ou equivalentes) – 5 pontos
- Doutorado, Mestrado e Especialização, no âmbito da Previdência Social, economia, contabilidade ou direito: três (3) pontos.
- Graduação ou curso técnico na área específica de Previdência Social: dois (2) pontos.
- Curso técnico a nível profissional médio nas áreas específicas, no âmbito da Previdência Social: um (1) ponto.
b) Comprovação Profissional:
- Declaração constando resumo das atividades exercidas pelos servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas em papel timbrado expedida por instituição pública ou privada: um (1) pontos.

DOS CANDIDATOS ELEITOS

Artigo 17. Serão considerados eleitos ao Conselho Superior de Administração os dois candidatos efetivos ativos e os dois candidatos aposentados/pensionistas que obtiverem o maior número de votos válidos.
Artigo 18. Serão considerados eleitos ao Conselho Fiscal os candidatos efetivo ativo e o candidato aposentado/pensionista que obtiverem o maior numero de votos válidos.
Artigo 19 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.
Artigo 20 – Os eventuais recursos das decisões da Comissão Eleitoral serão decididas pelo Presidente do Niterói Prev.
Niterói, 16 de Junho de 2016

ELEIÇÃO PARA O CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO
NITERÓI PREV
FICHA DE INSCRIÇÃO /2016

Nome:
RG: / CPF:
Matrícula/Sinistro: Órgão de Origem:
Endereço:
CEP: - Bairro:
E-mail: Tel.: ()

CANDIDATO PARA O CONSELHO:
ADMINISTRAÇÃO: ()
FISCAL: ()
Situação: () Ativo efetivo
() Aposentado
() Pensionista

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES SÃO VERDADEIRAS E QUE ESTOU CIENTE QUE A FALSIDADE DESTA DECLARAÇÃO IMPLICARA NAS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS.
Niterói, ____ de ____ de 2016.

ASSINATURA DO CANDIDATO
Cronograma do Processo Eleitoral

Table with 2 columns: Date/Event and Description. Rows include dates from 17 JUN 2016 to 23 AGO 2016 and descriptions like 'Publicação do Edital', 'Período de inscrição dos candidatos', 'Análise documental das inscrições', etc.

Corrigenda
Na Portaria 93/16 publicada em 16/06/2016:
Onde se lê: Fernando Henaím Franco
Matrícula 628821
Leia – se: Fernando Henaím Franco
Matrícula 62821

Onde se lê: Biênio de agosto de 2016 à julho de 2017
Leia – se: Biênio de agosto de 2016 à julho de 2018

NITERÓI, TRANSPORTE E TRÂNSITO S/A – NITTRANS
Atos do Presidente

PORT. 021/2016
Na portaria nº 017/2016, publicada em 16/06/2016 onde se lê: NOMEAR, A CONTAR DE 01 de junho de 2016, leia-se: NOMEAR, A CONTAR DE 02 de junho de 2016.
PORT. 022/2016
Nomear, a contar de 02 de Junho de 2016, a integrante abaixo relacionada para compor a Comissão de Licitação da Niterói Transporte e Trânsito S.A. – NitTrans em substituição da Sra Adriana Marcia Sondahl Brito(mat. 0159) – membro:
- SUZANA SANTOS (mat. 0157)

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI – CLIN

Despacho do Presidente

Homologo o resultado do julgamento da licitação realizada pelo Pregão Presencial nº 10/16 – Aquisição de Ar Condicionado Com Instalação, e autorizo a despesa e a emissão do empenho, adjudicando à empresa KLTV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. o item do Edital com valor total de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), para pagamento conforme o item 20 do Edital, com fulcro na Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002 e no Decreto Municipal nº 9.614, de 22.07.2005.Processo nº 520/000262/2016.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

Atos do Presidente

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA

A Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – **EMUSA, CNPJ: 32.104.465/0001-89**, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – **SMARHS**, através do processo nº **250/001571/2015**, a Licença Ambiental Municipal Prévia **LAM-P Nº. 005/2016**, com validade de 15 de junho de 2016 a 15 de junho de 2018.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **Contrato nº. 003/2016** firmado com a empresa **THALWEG CONSULTORIA E PROJETOS GEOLÓGICOS LTDA** objetivando a execução das Obras e/ou serviços de **TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO**, a partir do dia **15/06/2016**, com término previsto para **14/02/2017**. Proc. nº. **510/1848/15** **Presidente da EMUSA**.

Corrigenda

Na publicação do dia 16 de junho de 2016, referente à (**HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0008/2016**), onde se lê: **PROC. Nº. 650/000036/2014** leia-se: **PROC. Nº. 650/000036/2016**.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 18/2016; PARTES: EMUSA e CONSTRUTORA PIMENTEL & VENTURA LTDA; OBJETO: *Obras de construção e reforma de campo no Morro do Palácio no Município de Niterói/RJ*; PRAZO: 04 (quatro) meses; VALOR GLOBAL E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato, no valor de R\$ 670.811,73 (seiscentos e setenta mil, oitocentos e onze reais e setenta e três centavos), correrão a conta do orçamento da EMUSA para o exercício de 2016 pelo PT 1051.15.452.0010.1226, ND 4.4.90.51.00, FT 100, sendo emitida nota de empenho nº 27.978; FUNDAMENTAÇÃO: Contrato oriundo da Tomada de Preços nº 09/2016; DATA DO CONTRATO: 14/06/2016. Processo EMUSA Nº 510001161/2016. Presidente da EMUSA. Niterói, 15 de junho de 2016.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 19/2016; PARTES: EMUSA e RIVALL ENGENHARIA LTDA; OBJETO: Revitalização de campo, praça e vestiário na Figueira, no bairro Caramujo, *no Município de Niterói/RJ*; PRAZO: 02 (dois) meses; VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 478.159,99 (quatrocentos e setenta e oito mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos); CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato, no valor de R\$ 478.159,99 (quatrocentos e setenta e oito mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos), correrão à conta do PT 1051.15.452.0010.1226, ND 4.4.90.51.00 e FT 100 orçamento da EMUSA para este exercício de 2016; FUNDAMENTAÇÃO: Contrato oriundo da Tomada de Preços nº 10/2016; DATA DO CONTRATO: 15/06/2016. Processo EMUSA Nº 510/001176/16. Presidente da EMUSA. Niterói, 16 de junho de 2016.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 01/2016 ao contrato nº 19/2015; PARTES: EMUSA E CONSTRUGARDEN ARTEFATOS DE CONCRETO, SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA, OBRAS E TERRAPLANAGEM LTDA-ME; OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses a contar de 30/04/2016; O VALOR: R\$ 501.250,00 (quinhentos e um mil, duzentos e cinquenta reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente termo correrão da seguinte forma: No exercício de 2016 o valor de R\$ 292.395,83 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e três centavos) a conta do PT: 1051.04.122.0001.2737, ND: 3.3.90.30.00 e FT: 100, ficando o saldo remanescente de R\$ 208.854,17 (duzentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos) a ser contemplado em dotações próprias do exercício de 2017; FUNDAMENTO: art. 57, II da Lei nº 8666/93; DATA: 16/06/2016.

proc. nº 510/000190/2015. – Presidente da EMUSA - Niterói, 16 de junho de 2016.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 01/2016 ao contrato nº 22/2015; PARTES: EMUSA E PRIMOTECH LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA-ME; OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses a contar de 09/05/2016; O VALOR: R\$ 1.442.175,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente termo correrão da seguinte forma: No exercício de 2016 o valor de R\$ 841.268,75 (oitocentos e quarenta e um mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) a conta do PT: 1051.04.122.0001.2737, ND: 3.3.90.30.00 e FT: 100, ficando o saldo remanescente de R\$ 600.906,25 (seiscentos mil, novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos) a ser contemplado em dotações próprias do exercício de 2017; FUNDAMENTO: art. 57, II da Lei nº 8666/93; DATA: 16/06/2016; proc. nº 510/000300/2015. – Presidente da EMUSA - Niterói, 16 de junho de 2016.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 01/2016 ao contrato nº 25/2015; PARTES: EMUSA E LEÃO MOTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA; OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses a contar de 15/05/2016; VALOR: R\$ 593.895,00 (quinhentos e noventa e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente termo correrão da seguinte forma: No exercício de 2016 o valor de R\$ 346.438,75 (trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos) a conta do PT: 1051.04.122.0001.2737, ND: 3.3.90.30.00 e FT: 100, ficando o saldo remanescente de R\$ 247.456,25 (duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) a ser contemplado em dotações próprias do exercício de 2017; FUNDAMENTO: art. 57, II da Lei nº 8666/93; DATA: 16/06/2016; proc. nº 510/000179/2015. – Presidente da EMUSA - Niterói, 16 de junho de 2016.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 01/2016 ao contrato nº 26/2015; PARTES: EMUSA E POLISERVICE POLIGONAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME; OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses a contar de 15/05/2016; O VALOR: R\$1.120.275,00 (um milhão, cento e vinte mil, duzentos e setenta e cinco reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente termo correrão da seguinte forma: No exercício de 2016 o valor de R\$ 653.493,75 (seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) a conta do PT: 1051.04.122.0001.2737, ND: 3.3.90.30.00 e FT: 100, ficando o saldo remanescente de R\$ 466.781,25 (quatrocentos e sessenta e seis mil, setecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos) a ser contemplado em dotações próprias do exercício de 2017; FUNDAMENTO: art. 57, II da Lei nº 8666/93; DATA: 16/06/2016; proc. nº 510/000179/2015. – Presidente da EMUSA - Niterói, 16 de junho de 2016.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 01/2016 ao contrato nº 34/2015; PARTES: EMUSA E PRIMOTECH LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA –ME; OBJETO: Prorrogação do prazo de

vigência contratual por mais 12 (doze) meses a contar de 08/07/2016; O VALOR: R\$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente termo correrão da seguinte forma: No exercício de 2016 o valor de R\$ 136.500,00 (cento e trinta e seis mil e quinhentos reais) a conta do PT: 1051.04.122.0001.2737, ND: 3.3.90.30.00 e FT: 100, ficando o saldo remanescente de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais) a ser contemplado em dotações próprias do exercício de 2017; FUNDAMENTO: art. 57, II da Lei nº 8666/93; DATA: 16/06/2016; proc. nº 510/001203/2015. – Presidente da EMUSA - Niterói, 16 de junho de 2016.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 01/2016 ao contrato nº 35/2015; **PARTES:** EMUSA E CONSTRUGARDEN ARTEFATOS DE CONCRETO, SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA, OBRAS E TERRAPLANAGEM LTDA-ME; **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses a contar de 08/07/2016; **VALOR:** R\$ 3.275.440,00 (três milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do presente termo correrão da seguinte forma: No exercício de 2016 o valor de R\$ 1.364.766,67 (um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) a conta do PT: 1051.04.122.0001.2737, ND: 3.3.90.30.00 e FT: 100, ficando o saldo remanescente de R\$ 1.910.673,33 (um milhão, novecentos e dez mil, seiscentos e setenta e três reais e trinta e três centavos) a ser contemplado em dotações próprias do exercício de 2017; FUNDAMENTO: art. 57, II da Lei nº 8666/93; DATA: 16/06/2016. proc. nº 510/001204/2015. – Presidente da EMUSA - Niterói, 16 de junho de 2016.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 01/2016 ao contrato nº 49/2015; **PARTES:** EMUSA E MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA. "aquisição de 4 (quatro) elevadores elétricos, incluindo montagem e instalação, para o Centro Petrobrás de Cinema – BR, no Município de Niterói/RJ"; **OBJETO:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a modificação do valor contratual em virtude de modificação de projeto; **VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do presente termo no valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), correrão à conta do PT 1051.15.452.0010.1226, ND 4.4.90.51.00, Fonte 108 do orçamento da EMUSA para este exercício; FUNDAMENTO: art. 65, inciso I, "a" e "b" da Lei nº 8666/93; DATA: 15/06/2016. Proc. Nº 510/001397/2015. – Presidente da EMUSA - Niterói, 15 de junho de 2016.